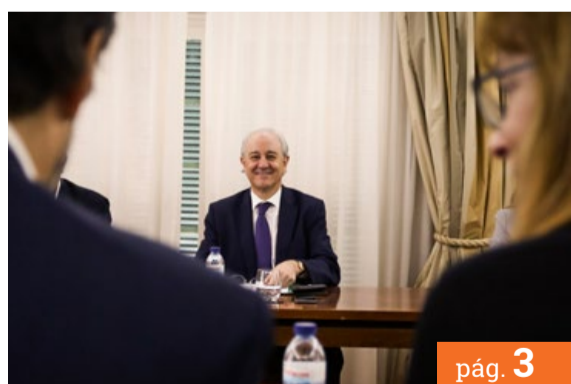


RUI RIO APRESENTOU PROPOSTAS PARA REFORMAR A UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA



Rui Rio defende mudanças em três áreas da UEM: no funcionamento das instituições, na estabilização financeira e relações entre setor financeiro e Estados e, finalmente, na área orçamental



pág. 3

PRESIDENTE

DIGNIFICAR A ATIVIDADE DOS PROFESSORES

Rui Rio recebeu na terça-feira, na sede nacional, em Lisboa, uma plataforma de 10 estruturas sindicais representativas dos professores e educadores



pág. 10

LOCAIS

PSD DE ODEMIRA "INDIGNADO" COM FECHO DE BALCÃO DA CGD

O PSD manifestou-se "indignado" com o fecho da agência da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na aldeia de Colos, concelho de Odemira, considerando "uma injustiça que o Governo e os partidos que o suportam o permitam"



pág. 11

REGIONAIS

REPÚBLICA DEVE COMPENSAR OS AÇORES PELO EVENTUAL CORTE DE FUNDOS

A deputada do PSD/Açores na Assembleia da República, Berta Cabral, defende que o governo da República deve compensar a região caso a União Europeia corte fundos comunitários

**JOSÉ CANCELA MOURA**
Diretor do "Povo Livre"

UM GOVERNO SEM PALAVRA

Quem julga que pode fazer promessas com a esperança de que alguém as esqueça, comete um erro básico. Os políticos que quebram os compromissos assumidos contribuem, na verdade, para o descrédito de toda a atividade política. Apesar de vivermos numa era de informação "fast food", tudo fica registado, tudo é escrutinado, nem que seja nos murais do digital.

Temos um Governo que nos habituou a defraudar, com frequência, as expectativas dos cidadãos. Prometer aos professores o descongelamento de carreiras, levá-los à mesa das negociações, e de imediato, desdizer tudo o que prometeram, só pode ser uma brincadeira de mau gosto.

O interesse público, à luz dos intérpretes socialistas, é uma espécie de conceito dúbio ou indeterminado. Tudo é gerido em função dos ganhos imediatos e da gestão de expectativas, que no caso agora se veem defraudadas. E o interesse público não podia, nem devia ficar refém de manobras eleitorais e taticismos de curto prazo.

Na Região Autónoma da Madeira, o Governo de Miguel Albuquerque encontrou uma solução equilibrada e cerca de seis mil professores irão recuperar o tempo de serviço ao longo de sete anos. É esta a diferença. Na Madeira a palavra tem valor, nos Açores e em Portugal continental, ambos os executivos não a respeitam. Pior que um Governo que vive num mundo da fantasia é um Governo que foge às responsabilidades. Os socialistas não podiam ter prometido aquilo que não sabiam se podiam cumprir. Uma vez que deram a palavra, têm de a honrar. Ponto.

Esta situação, além de demonstrar o valor que o Governo atribui aos compromissos que assume com os portugueses, põe em evidência a falta de critério e de rigor para lidar com as preocupações dos funcionários públicos. De repente, parece que existem diferentes classes profissionais na função pública. Para os socialistas, em que consiste a igualdade? Por que motivo há trabalhadores com o mesmo estatuto com horários diferenciados de 35 horas ou de 40 horas semanais?

Não pode haver duas ou mais formas de tratar os funcionários públicos, sob pena da credibilidade e até a própria autoridade do Estado estar a ser posta em causa.

Rui Rio recebeu na terça-feira, dez organizações sindicais de professores e educadores. O presidente do PSD quis mostrar duas coisas simples. Primeiro, que os governos não podem fazer promessas vãs que depois não querem ou não estarão disponíveis para cumprir; em segundo lugar, que é preciso dignificar os agentes educativos, nomeadamente os professores que, como sublinhou "preparam o futuro dos nossos filhos".

Mais cedo ou mais tarde, um Governo sem palavra terá o destino que merece.

DIGNIFICACÃO DOS PROFESSORES



COMENÇAR A ATIVIDADE DOS PROFESSORES



Rui Rio recebeu na terça-feira, 26 de junho, na sede nacional, em Lisboa, uma plataforma de 10 estruturas sindicais representativas dos professores e educadores. O presidente do PSD defende, antes de mais, a dignificação da atividade dos docentes. “Os professores educam e preparam o futuro dos nossos filhos”, começou por sublinhar Rui Rio.

Interrogado sobre a posição do PSD em relação à contagem do tempo de serviço dos professores, Rui Rio criticou a quebra de compromisso do Executivo. “O PSD não

prometeu nada que pudesse cumprir. O Governo, quando se comprometeu, deveria saber exatamente quanto custaria e o prazo [para cumprir a promessa]”, frisou o líder do PSD.

Rui Rio esclareceu que há uma diferença muito grande sobre quanto custará o desbloqueio da contagem integral do tempo de serviço reivindicado pelos sindicatos e aprovado pelo Governo e pela maioria no Orçamento do Estado para 2018. Rui Rio considera que “é muito diferente acomodar 650 milhões de euros ou acomodar

250 milhões, e é muito diferente acomodar num ano, em 2, 4, 5, 6 ou 7 anos”.

Rui Rio manifestou compreender a posição dos professores, desde logo, porque o Governo “não honrou a sua palavra”. O líder do PSD insistiu ainda na necessidade de “não se pôr em causa o equilíbrio das finanças públicas”.



REFORMA DA JUSTIÇA DEVE SER “PARTICIPADA POR TODOS”

O presidente do PSD encontrou-se, dia 20, com a procuradora-geral da República e reiterou que a principal preocupação é que o País “possa ter uma reforma da justiça ao longo do tempo e participada por todos”. “Que isto fique claro: eu não estou aqui a liderar nada, não tem de ser o PSD a liderar nada, aquilo que eu quero é que o País possa ter uma reforma da justiça”, declarou Rui Rio.

No final de uma reunião de quatro horas com o Conselho Superior do Ministério Público, órgão presidido pela Procuradora Geral da República, Rui Rio garantiu que o PSD irá apresentar um documento de diagnóstico, até ao final da sessão legislativa, depois de realizado um “debate interno”. Será um estudo “feito com o maior cuidado, para que todos possam rever” ou, em alternativa, apontar outros caminhos, adiantou o líder do PSD.

No encontro, foram abordadas matérias importantes, tais como a “permanente violação do segredo de justiça”, os direitos dos arguidos e a composição do Conselho Superior do Ministério Público.

Rui Rio esteve acompanhado pela vice-presidente Elina Fraga, presidente do Grupo Parlamentar Fernando Negrão, bem como pelo coordenador e pela porta-voz do Conselho Estratégico Nacional para a área da Justiça, Cidadania e Igualdade, Licínio Lopes Martins e Mónica Quintela, respetivamente.

Esta foi a última reunião de trabalho no âmbito de uma ronda iniciada em 21 de maio de 2018 com todos os operadores judiciais (magistrados, advogados, investigadores, oficiais e funcionários).



RUI RIO APRESENTOU PROPOSTAS PARA REFORMAR A UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA



Em conferência de imprensa, na sexta-feira, no Porto, o presidente do PSD apresentou o documento "Reformar a União Económica e Monetária". Rui Rio defende mudanças em três áreas da UEM: no funcionamento das instituições, na estabilização financeira e relações entre setor financeiro e Estados e, finalmente, na área orçamental.

No quadro do funcionamento das instituições, o presidente do PSD considera ser "mais importante do que nunca" alterar o funcionamento institucional da União Económica e Monetária (UEM). Rui Rio preconiza a criação de um Fundo Monetário Europeu (FME) dotado de recursos próprios com uma tripla competência: que sirva de instrumento de coordenação e supervisão das políticas orçamentais nacionais; que atue como instrumento de estabilização entre Estados-membros, em caso de crises assimétricas; e que disponibilize os meios financeiros e técnicos em caso de crise financeira num Estado-membro, em condições de estrita condicionalidade, isto é, no quadro de um programa de ajustamento negociado.

O presidente do PSD propõe uma estrutura de governação semelhante à da ação externa da União, passando o Comissário Europeu responsável pela pasta das Finanças a ser também responsável pela Presidência do Conselho na área das Finanças, pela Presidência do Eurogrupo e, eventualmente, pela Presidência do FME. "Isto para conseguir uma melhor coordenação política e técnica entre as instituições", justificou Rui Rio.

No domínio da estabilidade financeira e relações entre instituições financeiras e Estados, Rui Rio entende que a União Bancária deva ser completada nos termos originais estabelecidos pelo Conselho Europeu, com a criação



ção de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, a par dos existentes Mecanismo Único de Supervisão e Mecanismo Único de Resolução. Nesse sentido, o líder do PSD considera "encorajador" o compromisso da França e da Alemanha de divulgarem um calendário para as negociações políticas sobre esse tema após o Conselho Europeu de junho.

Na área orçamental, Rui Rio considera como importante melhorar, simplificando e tornando mais objetivo, o cálculo do PIB potencial.

No plano da fiscalidade, Rui Rio reafirma que o PSD rejeita a criação de impostos europeus, ou seja, impostos lançados unilateralmente pelo Parlamento Europeu em violação da soberania fiscal dos parlamentos nacionais.

GOVERNO DEIXA ARRASTAR PROBLEMA DO CONTROLO DE PASSAGEIROS

A legislação laboral, o acordo de Concertação Social e o “esgotamento e a necessidade de ampliação” do Aeroporto de Lisboa foram os temas principais abordados na reunião de segunda-feira, no Porto, entre o presidente do PSD e a Confederação do Turismo Português (CTP). Rui Rio deixou ainda uma nota de preocupação com o que se está a passar no trânsito de passageiros que chegam por via aérea e onde é evidente uma “incapacidade de resposta” na infra-estrutura da capital, nomeadamente no controlo realizado pelas autoridades alfandegárias, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

“Os turistas que chegam e não vêm do Espaço Shenghen podem estar ali muito tempo para conseguirem entrar em Portugal”, apontou Rui Rio, considerando tratar-se de um “problema aparentemente fácil”, mas que “se arrasta porque o Governo não tem resolvido”.

Num balanço do encontro de 25 de junho, o líder do PSD garantiu que a opinião da Confederação do Turismo “coincide com a do PSD”, pois não há necessidade de fazer uma revisão da lei laboral. No entanto, frisa Rui Rio, se querem mexer, então que se faça em sede de concertação social (entre sindicatos, entidades patronais e o Estado).



RUI RIO REUNIU COM EMBAIXADORES DA UNIÃO EUROPEIA

O presidente do PSD encontrou-se, dia 21 de junho, com os embaixadores da União Europeia e dois dos países candidatos à adesão à UE (Sérvia e Turquia). Esta reunião foi promovida pelo embaixador da Bulgária, estado que assume, desde 1 de janeiro, a presidência do Conselho da União Europeia, e cujo mandato está quase a terminar.

A União Económica e Monetária, a União Bancária e o problema da imigração e dos refugiados foram os principais temas abordados neste encontro. Além do Presidente, Rui Rio, o PSD esteve representado pela vice-Presidente Isabel Meirelles, e pelo presidente da Comissão de Relações Internacionais, Tiago Moreira de Sá.





SALVADOR MALHEIRO EM TOMAR

Salvador Malheiro, vice-presidente do PSD, esteve, na sexta-feira, 22 de junho, na sessão de tomada de posse da Comissão Política do PSD de Tomar. Maria de Lurdes Fernandes é a presidente da Secção, que tem como vice-presidentes Tiago Henriques Carrão e João Alves.





LUÍS PAIS DE SOUSA SUCEDE A JOSÉ MATOS CORREIA NO CEN

O ex-secretário de Estado do PSD, Luís Pais de Sousa, sucede a José Matos Correia no Conselho Estratégico Nacional (CEN), como coordenador para a área da Segurança Interna e Proteção Civil.

Luís Pais de Sousa é advogado, foi secretário de Estado da Administração Interna e deputado à Assembleia da República durante vários anos, integrou a liderança da bancada parlamentar e foi coordenador da 1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República.

A partir de agora irá liderar a Secção da Segurança Interna e Proteção Civil do CEN, juntamente com o porta-voz José Manuel Moura.



BENEFICIÁRIOS DO RSI ESTÃO A AUMENTAR HÁ OITO MESES CONSECUTIVOS

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) aumentou pelo oitavo mês consecutivo. De acordo com o Instituto de Segurança Social, em maio, havia 224.513 beneficiários do RSI, mais 694 do que no mês de abril e mais 16.565 do que em igual período do ano passado.

Os beneficiários desta prestação estão sobretudo concentrados nos distritos do Porto (60.365), Lisboa (35.340) e Setúbal (17.978). A tendência é semelhante entre as famílias beneficiárias, cujo número aumentou ligeiramente (0,4%) entre abril e maio, passando de 102.254

agregados a receber esta prestação social para 102.651. Em maio, o valor médio por beneficiário foi de 114,56 euros, enquanto nas famílias chegou aos 258,07 euros.

De acordo com os dados da síntese de informação estatística da segurança social, da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Planeamento, "32,1% dos beneficiários tinham menos de 18 anos, 14,7% estavam entre os 18 e os 29 anos, 11,3% situavam-se entre os 30 e os 39 anos, 15,0% constituíam beneficiários dos 40 aos 49 anos e indivíduos com 50 ou mais anos perfizeram os restantes 26,9% do total".

O RSI é um direito de pessoas ou famílias em situação de carência económica grave. Ainda na sexta-feira passada, o Presidente do PSD, depois de receber o responsável da Rede Europeia Anti-Pobreza, padre Jardim Moreira, alertava para o fenómeno da pobreza, matéria que "necessita de políticas estruturais, que se prolonguem no tempo".



PSD FORMALIZOU PEDIDO PARA CONHECER AUDITORIA À GESTÃO DA CGD

O PSD formalizou, na quinta-feira, o pedido de envio ao Parlamento da auditoria independente realizada a atos de gestão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) praticados entre 2000 e 2015. O PSD considera que os portugueses têm o direito de saber o que se passou para que o Estado tivesse que injetar 4 mil milhões de euros no banco público.

Para o PSD, a auditoria independente não pode ficar “escondida numa gaveta” e, por isso, deu entrada um requerimento subscrito por 11 deputados. Recorde-se que, na terça-feira, no encerramento das Jornadas Parla-

mentares do PSD, na Guarda, o Rui Rio anunciara que o Grupo Parlamentar iria tomar esta iniciativa.

Os parlamentares do PSD sublinham que, quando em 2016 foi tornado público “o elevadíssimo montante (superior a 4 mil milhões de euros) de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos desejado pelo Governo, o PSD defendeu reiteradamente a realização de uma auditoria independente à gestão passada” do banco público.

As insistências do PSD e da sociedade portuguesa pressionaram o Governo a determinar, em reunião do

Conselho de Ministros de 23 de junho de 2016, que a nova administração da CGD procedesse “à abertura de uma auditoria independente a atos de gestão da CGD praticados a partir de 2000”.

Para o PSD, “é preciso perceber o que aconteceu na gestão, quem tomou aquelas decisões”.

Os deputados social-democratas esperam que o requerimento seja aprovado na próxima semana na Comissão de Orçamento e Finanças por todos os partidos.

FERNANDO NEGRÃO PEDE FIRMEZA PARA TRAVAR “CORTES” NOS FUNDOS EUROPEUS

O presidente do Grupo Parlamentar exige firmeza do Governo para “evitar cortes duros” para Portugal no próximo orçamento comunitário. No debate quinzenal de dia 20, Fernando Negrão lembrou que o acordo entre PS e PSD “não é um cheque em branco” nas questões europeias.

Para Fernando Negrão, o primeiro-ministro não tem demonstrado a determinação suficiente na defesa da posição portuguesa nos fundos europeus. O líder parlamentar social-democrata aconselhou António Costa a deixar de ter “esse ar amável” quando negocia em Bruxelas para tomar uma posição “de firmeza” nas negociações com a Comissão Europeia.

“Precisamos de sentir que está a par com os interesses de Portugal”, sublinhou o líder parlamentar.

O debate começou com Fernando Negrão a questionar a posição do Governo pela perda de cerca de 500 milhões de euros no fundo da economia marítima, dado que serão aumentadas as competências na jurisdição do território marítimo nacional, face à resolução do conflito com Espanha na jurisdição das Ilhas Desertas, Madeira, no âmbito das Nações Unidas.

PSD DE ODEMIRA

“INDIGNADO” COM FECHO

DE BALCÃO DA CGD

O PSD manifestou-se “indignado” com o fecho da agência da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na aldeia de Colos, concelho de Odemira, considerando “uma injustiça que o Governo e os partidos que o suportam o permitam”.

“É uma injustiça que o Governo e os partidos que o suportam permitam que isto aconteça”, refere o PSD, num comunicado da concelhia de Odemira, no distrito de Beja, mostrando-se “solidário com as populações afetadas”.

Em comunicado, o PSD refere que no interior do concelho de Odemira, que é “desfavorecido”, a “maioria” dos habitantes é constituída por idosos com “condições financeiras precárias” e sem “conhecimentos básicos em tecnologia de informática que lhes possibilite o recurso às alternativas digitais que os bancos disponibilizam”.

Além disso, continua, a rede de transportes públicos “é inexistente ou muito deficiente e desajustada das necessidades”, a rede viária “está degradada” e a rede de telecomunicações “é deficitária”.

O PSD de Odemira questiona “o poder autárquico instituído” em Odemira, onde a Junta de Freguesia de Colos, a Câmara e a Assembleia Municipal são lideradas pelo PS, “como vão os idosos tratar dos seus assuntos financeiros quando não têm meios próprios para se deslocar a outra agência mais próxima”.

“Afinal a vantagem tão apregoada do executivo camarário e do Governo pertencerem ao mesmo partido parece não surtir efeito quando o que está em causa é a salvaguarda dos interesses das populações que os elegeram”, acusam os social-democratas.

A CGD vai fechar cerca de 70 agências este ano, a maioria já este mês e nas áreas urbanas de Lisboa e Porto, e terá de fechar mais 43 nos próximos dois anos. A CGD tinha 587 agências em Portugal no fim de 2017 e quer chegar ao final deste ano com cerca de 517.



**CANDIDATURAS
ABERTAS**

CASTELO DE VIDE

3 a 9
SETEMBRO



REPÚBLICA DEVE COMPENSAR OS AÇORES PELO EVENTUAL CORTE DE FUNDOS

A deputada do PSD/Açores na Assembleia da República, Berta Cabral, defende que o governo da República deve compensar a Região caso a União Europeia corte fundos comunitários a Portugal.

“Os Açores são uma região ultraperiférica da União Europeia. Esse estatuto próprio dá-nos a possibilidade de ter fundos acrescidos. Se Bruxelas cortar esses fundos, o governo da República tem de compensar os Açores”, afirmou a parlamentar.

A deputada social-democrata, que falava após uma reunião com a direção da Câmara de Comércio e Indústria

de Ponta Delgada, lembrou que “há cinco anos Portugal sofreu cortes nos fundos, mas a Região até recebeu mais dinheiro”, por via da ação do governo da República liderado pelo PSD.

“Compete, por isso, ao governo da República compensar os Açores na distribuição interna de verbas caso Portugal receba menos fundos”, disse.

Berta Cabral defende a manutenção dos fundos para os Açores em matéria de Política de Coesão, devendo haver um “reforço” de verbas para a Região no que diz respeito à Política Agrícola Comum (PAC) e ao POSEI.

“Tem de haver necessariamente um reforço [de verbas para a agricultura] porque o quadro atual já não é suficiente”, frisou.

Em relação às taxas de comparticipação dos fundos comunitários, que sofrem uma redução de 85 para 70 por cento na proposta da Comissão Europeia, a deputada do PSD/Açores na Assembleia da República sublinhou que os governos regional e da República têm de ser “muito firmes” na recusa dessa intenção.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



Durão Barroso defende em Castelo de Paiva

Plano de emergência para minorar as consequências da tragédia

página 12

Edição n.º 1240 do "Povo Livre" | 7 de março de 2001

"Catástrofe – Durão Barroso defende em Castelo de Paiva plano de emergência para minorar as consequências da tragédia". O então Presidente do Partido Social Democrata, Durão Barroso, preconizava a elaboração imediata de um plano de emergência para minorar as consequências da tragédia de Entre-os-Rios, nomeadamente, no apoio às famílias das vítimas.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ESTREMOZ

(ALTERAÇÃO DE DATA DA ASSEMBLEIA DE ESTREMOZ - PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 13 DE JUNHO DE 2018)

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz para reunir, no próximo dia **17 de agosto de 2018**, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita no Largo Dragões de Olivença, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição dos Órgãos da Secção

- Mesa da Assembleia de Secção;
- Comissão Política de Secção.

Notas

As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem a substitua, até às 24H00, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas das 21H00 às 23H00.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 05 de Julho de 2018 (quinta-feira) pelas 21:30 horas no Auditório do Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos, na Rua do Parque Desportivo nº 15, com a seguinte ordem de Trabalhos:

- Informações;
- Apresentação, discussão e votação do relatório de contas do ano de 2017;
- Análise da situação política.

PONTE DE SOR

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Ponte de Sor do PSD, para uma Assembleia da Secção a realizar no dia 6 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Ponte de Sor, sita na Rua Luís de Camões, 28 A, em Ponte de Sor, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Conselho Estratégico Nacional;
- Análise da situação política;
- Outros assuntos.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre para uma reunião (EXTRAORDINÁRIA), no próximo dia 9 de julho (segunda-feira), pelas 21h00, na Sede Distrital de Portalegre, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Conselho Estratégico Nacional;
- Grupo Temáticos – Instrumento de intervenção a nível concelhio;
- Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia do PSD de Póvoa de Lanhoso para reunir, no próximo dia 19 de julho de 2018, às 20H30, na Sede Concelhia, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº1 – 1º Esq., na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Informações;
- Análise da situação política.

Nota

Se à hora marcada não estiver presente a maioria simples dos militantes da Secção, a Assembleia começará meia hora mais tarde com os presentes.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Santarém para reunir, no próximo dia 2 de julho de 2018, às 21h00, na Casa do Brasil | Pedro Álvares Cabral, sita na Calçada da Graça, 2000-091 Santarém com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Reunião Temática | Portugal 2020 - Novas Perspectivas e Novas Oportunidades para 2020;

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia para uma reunião ordinária, no próximo dia 9 de julho de 2018 (segunda-feira), às 21H30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Informações;
- Análise da situação política.

NÚCLEOS

NÚCLEO DO BONFIM / PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se à Assembleia de Núcleo do PSD Bonfim, para o PSD Bonfim, reunir no dia 30 de Julho de 2018, pelas 18h00 na sede do PSD/Bonfim, sita na Av. Rodrigues de Freitas, n.º46 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo do Bonfim

Notas

As listas candidatas devem ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD/Bonfim.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

Notas

As listas candidatas devem ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD/Bonfim.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.



IV CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 64º dos Estatutos Nacionais da JSD, serve o presente para convocar a quarta reunião do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar no dia 29 de Julho, pelas 17h00, na sede do PSD Penamacor, sita Rua 25 de Abril, nº 66 – 1.º andar, 6090-523 Penamacor, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Aprovação da ata dos II e III Conselhos Distritais;
- Análise da situação política;
- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD, nos termos da alínea d) do artigo 61.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata;

CONSELHO DISTRITAL DO ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital do Algarve, para reunir no próximo dia 8 de Julho de 2018, (domingo), pelas 14h30m, na Sala Medronheiro do Hotel Júpiter, sito na Avenida Tomás Cabreira, n.º 92 – 8500-802 Praia da Rocha, em Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Aprovação do local, data, horário e regulamento do IV Congresso Distrital da JSD/Algarve, bem como da data das eleições para os delegados residenciais.

CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2018/2020 para reunir no próximo dia 07 de Julho de 2018, pelas 15h30m, no edifício contíguo à junta de freguesia de Vilar Torpim sito na Estrada nacional 332, Rua da Fonte Romana, n.º5, 6440-281 Vilar Torpim, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise da situação política e balanço do mandato distrital;
- Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Conselho Distrital Temático da JSD de Santarém, para reunir no próximo dia 29 de Julho de 2018, pelas 16:00 horas, na sede do PSD do Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, n.º 32 A, 1.º Dto - Cartaxo, 2070-116 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição dos membros à Assembleia Distrital do PSD de Santarém;
- Discussão do tema: "A evolução ideológica do PPD-PSD. Em que ponto estamos?";
- Análise da situação política;
- Outros assuntos;

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Albufeira, para reunir no próximo dia 28 de Julho de 2018 (sábado), pelas 10h00, na Estrada Vale da Pedra, Edifício Palmeira, 1.º J, Albufeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e a Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem

CONVOCATÓRIAS

estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 10h00 às 12h00.

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Oleiros para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 3 de Agosto de 2018, pelas 17h30m, na Sede do PSD de Oleiros, no Edifício da Santa Casa da Misericórdia, sita na Praça do Município, 6160-409 Oleiros. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Oleiros.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local do Plenário Concelhio.

As urnas estarão abertas entre as 17h30m e as 19h30m.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Sertã, para reunir dia 11 de Agosto de 2018, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Sertã, sita na Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal, Centro Comercial Avenida – Loja 3, 6100-758 Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Sertã.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorrerá na morada supra citada.

As urnas estão abertas das 18h00m às 20 horas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 28 de Julho de 2018 (sábado), pelas 10h00, na Rua Cândido dos Reis, n.º 98, Vila Real de Santo António, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e a Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Algarve, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 10h00 às 12h00.

**NESD/ INSTITUTO POLITÉCNICO
DE CASTELO BRANCO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos no Instituto Politécnico de Castelo Branco, para as eleições do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 30 de Julho de 2018, pelas 14h00, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita Rua do Pina, nº 10, 6000-194, Castelo Branco. Com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD IPCB.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 14 e as 16 horas.